



Licença de Operação

Processo Nº 71/403568/2019

LO Nº: 283

Ano 2019

Nº Licença Anterior: LI 65

Data de Expedição: 07/10/2016

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL/MS, autarquia vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 4.640, de 24 de dezembro de 2014, EXPEDE a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO, de acordo com a Lei nº 2.257, de 09/07/2001 e suas alterações posteriores, e normatizada através da Resolução SEMADE nº 09 de 13/05/2015.

Requerente: AGENCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS - AGESUL. **CPF/CNPJ:** 15457856000168

Endereço do Empreendimento: Prolongamento da rua 27 de Julho

Complemento:

Bairro: ZONA PIRIURBANA

Município: Anastácio

CEP: 79210-000

UF: MS

Bacia Hidrográfica: Paraguai/Rio Miranda

Corpo Receptor: RIO AQUIDAUANA

Área Ocupada Prevista: 1032,024 m²

Área Total: 26070,38 m²

Atividade: 7.29.1 - SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO – CONTEMPLANDO ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE, E EMISSÁRIO FINAL

capacidade: 20,00 L/s

VALIDADE LICENÇA: 10 ano(s)

coordenada S: : 20°28'28,82"

coordenada W: 55°49'32,62"

Condicionantes Especificas:

1. Esta Licença autoriza a operação da atividade de Estação de Tratamento de Esgoto, contemplando: laboratório, tratamento preliminar (gradeamento, desarenador, caixa de areia e calha Parshall), caixa receptora de auto-fossa, Reator Anaeróbico de Leito Fluidizado – RALF, Filtro Biológico, Decantador Secundário, Estação elevatória de Lodo, Leito de Secagem e Emissário, vazão de 20 L/s;
2. Deverá ser encaminhado ao IMASUL/MS, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de assinatura desta Licença, projeto recuperação de uma Área de Preservação Permanente – APP conforme a Instrução Normativa nº 05/2009 do Ministério do Meio Ambiente – MMA, como medida ecológica de caráter compensatório referente à intervenção na área de APP do Rio Aquidauana, local de lançamento final do efluente tratado, em atendimento à Resolução CONAMA 369/2006;
3. Deverá manter limpo e sem vegetação (acero) o caminho de acesso ao ponto de lançamento de efluente no corpo hídrico receptor para fins de fiscalização;
4. Deverá ser mantida a cortina arbórea no entorno da ETE;
5. O Empreendimento deverá operar em conformidade com o projeto, memorial descritivo e Sistema de Controle Ambiental – (S.C.A) aprovados por este Instituto;
6. Deverá ser apresentado a este IMASUL/MS, Relatório trimestral de execução do Plano de Automonitoramento – PAM acompanhado da respectiva Documentação de Responsabilidade Técnica, no máximo 10 (dez) dias após um período respectivo de coleta de dados, contados a partir da data de assinatura desta Licença, contemplando, para cada monitoramento realizado, tipo e local de amostragem com as respectivas coordenadas geográficas (Datum Horizontal SIRGAS 2000), a avaliação técnica dos dados obtidos e sua confrontação com a legislação ambiental pertinente, ART dos responsáveis pelas análises, apresentação dos boletins analíticos das amostras, propostas e/ou medidas efetivadas de saneamento de situações constatadas como não-conformes. O monitoramento deverá seguir os parâmetros e periodicidades abaixo descritos:

A) Eficiência do sistema de tratamento de efluentes (periodicidade mensal), através de análises laboratoriais das amostras, na entrada e saída do sistema, contemplando os seguintes parâmetros: vazão, temperatura do ar e da água, pH, DBO₅, 20, DQO, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal Total, Cloreto, Sólidos Suspensos, Materiais Sedimentáveis e coliformes termotolerantes;

B) Qualidade das águas superficiais (periodicidade mensal), através de análises laboratoriais das amostras, à montante e à jusante do ponto de lançamento no corpo hídrico receptor, imediatamente após a zona de mistura, contemplando os parâmetros: cor, turbidez, pH, DBO₅, 20, Oxigênio Dissolvido, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal total, Óleos e Graxas, Cloreto, Sólidos Dissolvidos Totais, coliformes termotolerantes, nitrato, nitrito;

C) As coletas das amostras dos efluentes e das águas superficiais deverão ser realizadas na mesma data e como o menor intervalo de tempo possível entre as coletas das amostras; CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES FLS. 02/03

CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS DA LO Nº 283/2019.

- D) As amostras deverão ser coletadas por profissional devidamente habilitado e estarem acompanhadas de Cadeia de Custódia. Os boletins analíticos deverão ser emitidos por laboratório credenciado junto a este IMASUL/MS;
- E) Apresentar cópia desta Licença junto ao protocolo de cada Relatório de Monitoramento;
- F) Apresentar cópia do Relatório Técnico de execução do Plano de Automonitoramento (PAM) e cópia da Licença, em formato digital e arquivo PDF, em embalagem resistente, identificado com nome do empreendimento, número do processo e número da Licença, junto ao protocolo de cada Relatório de Monitoramento;
- 7.O lançamento dos efluentes deverão apresentar padrões de qualidades de forma a não alterar a classe em que o corpo receptor está enquadrado para atender a Deliberação CECA nº 036/2012 e a Resolução CONAMA nº 357/2005, complementada e alterada pela Resolução CONAMA nº430/2011;
- 8.A remoção do lodo da ETE, a estocagem transitória e a destinação final do mesmo, bem como dos resíduos do gradeamento e desarenador, devem ser realizadas de acordo com o PGR apresentado;
- 9.Apresentar anualmente a este IMASUL/MS o Relatório de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos gerados pela atividade;
- 10.Empreendimentos geradores de efluentes líquidos, efetiva ou potencialmente poluidores das águas de domínio do Estado de Mato Grosso do Sul, ficam notificados a apresentarem, até o dia 31 de março de cada ano, a Declaração de Carga Poluidora referente ao ano civil anterior, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional responsável pela sua elaboração, considerando as indicações contidas na Resolução CONAMA n. 357, de 17 de março de 2005, conforme dispõe a Resolução SEMAC n. 29, de 28 de dezembro de 2011;
- 11.Deverá cumprir a Portaria IMASUL de Outorga nº 0000130/2016 de 24 de agosto de 2016, para lançamento, transporte e disposição final de efluentes;
- 12.Deverá manter limpo e sem vegetação (acero) o caminho de acesso ao ponto de lançamento de efluente no corpo hídrico receptor para fins de fiscalização;
- 13.Todos os resíduos sólidos provenientes do empreendimento deverão sofrer coleta, acondicionamento, tratamento e destinação final de acordo com as Normas Técnicas da ABNT, legislação vigente e Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos – PGRS, não sendo permitida a disposição inadequada de qualquer tipo de resíduos, e em qualquer estado físico, de maneira a assegurar a não contaminação dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos;
- 14.Fica proibido o lançamento de lodo "in natura" proveniente da ETE diretamente no solo;
- 15.Os resíduos provenientes do desarenador deverão sofrer mesmo tratamento que os resíduos sólidos provenientes do gradeamento, estando proibido como destino final corpo receptor;
- 16.Os equipamentos, tampas, medidores de vazão devem ter manutenção constante para evitar derramamento, vazamentos e odor;
- 17.Os operadores da ETE deverão utilizar uniformes e EPI's;
- 18.Não permitir o acesso de águas pluviais para dentro da rede coletora de esgoto;
- 19.O entorno da atividade deverá permanecer limpo e em condições adequadas de higiene;
- 20.Fica proibida emissão de qualquer tipo de substâncias odoríferas em quantidades que possam ser perceptíveis fora da área da propriedade do empreendimento;
- 21.Deverão ser adotadas medidas preventivas de maneira a evitar processos erosivos e assegurar condições que permitam a disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, de maneira a assegurar a não contaminação, do solo, dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos;
- 22.Fica proibida ampliação de área, bem como de equipamentos instalados sem a devida autorização do IMASUL/MS;
- 23.Deverá atender as disposições das Especificações de Proteção contra Incêndios aprovadas pelo Decreto nº 5.672, de 22 de outubro de 1990 e suas alterações, e Lei Estadual nº 4.335, de 10 de abril de 2013;
- 24.O empreendedor deverá adotar as medidas mitigadoras apresentadas.



CONDICIONANTES GERAIS DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 283 / 2019

1. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais;
2. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental – SCA é de responsabilidade exclusiva do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
3. O IMASUL/SEMAGRO/MS reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com as normas legais, exigir melhorias e/ou alterações na operacionalização do Sistema de Controle Ambiental;
4. Qualquer alteração na Titularidade e/ou Razão social da empresa deverá ser comunicada imediatamente ao IMASUL/SEMAGRO/MS;
5. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada por este IMASUL/SEMAGRO/MS;
6. Esta licença deverá permanecer em lugar visível do empreendimento, para efeito de fiscalização;
7. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:
 - I – Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;
 - II – Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
 - III – Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA: 10 anos da data de sua assinatura.

A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias anterior ao seu vencimento

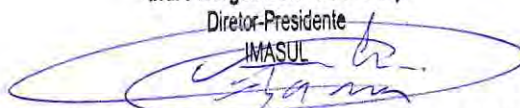
Campo Grande, _____

15 OUT 2019

André Borges Barros de Araújo

Diretor-Presidente

IMASUL



INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL

